

# INCLUSÃO E DIVERSIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRAS: NARRATIVAS SOBRE A EXPERIÊNCIA NOS/DOS/COM OS COTIDIANOS DE DOCENTES E SUA PERCEPÇÃO ACERCA DO ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Renata Herta Weiss<sup>1</sup>  
Juliana Lira de Andrade<sup>2</sup>  
Elka do Couto C. de Carvalho<sup>3</sup>  
Inês Barbosa de Oliveira<sup>4</sup>

## RESUMO

Ao longo das últimas duas décadas, observamos a implementação de diversas políticas públicas educacionais que contribuíram para a inclusão no ensino superior de pessoas pertencentes às classes menos privilegiadas, social e economicamente, minorias étnicas e pessoas com deficiência. Nesse período, o número de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas, cursos e turnos de oferta, bem como o número de matrículas, cresceu vertiginosamente. No entanto, o número de concluintes segue expressivamente inferior ao número de ingressantes. Nesse sentido,

- 1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Linha de Pesquisa Políticas Públicas, Gestão e Formação de Educadores da Universidade Estácio de Sá - RJ, [renata.weiss@gmail.com](mailto:renata.weiss@gmail.com);
- 2 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Linha de Pesquisa Políticas Públicas, Gestão e Formação de Educadores da Universidade Estácio de Sá - RJ, [julianaliradeandrade@gmail.com](mailto:julianaliradeandrade@gmail.com);
- 3 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Linha de Pesquisa Políticas Públicas, Gestão e Formação de Educadores da Universidade Estácio de Sá - RJ, [elkacarvalho@gmail.com](mailto:elkacarvalho@gmail.com);
- 4 Doutora em Educação, Universidade de Estrasburgo, 1993 e Professora da Linha de Pesquisa Políticas Públicas, Gestão e Formação de Educadores na Universidade Estácio de Sá - RJ, [inesbo2108@gmail.com](mailto:inesbo2108@gmail.com);

concordamos com a ideia de que as políticas educacionais em exercício priorizam a solução de problemas e o atendimento de demandas, mas nem sempre estão alinhadas com as necessidades da sociedade. Com o intuito de entender melhor as razões dessa discrepância, nossa investigação, parte de pesquisas em andamento, almeja identificar as razões que levam esses estudantes a desistirem no meio do caminho, o que se reflete em elevadas taxas de evasão, especialmente no primeiro ano do curso, bem como sugerir ações que possam contribuir para a permanência desses estudantes e seu êxito na jornada acadêmica, a partir de então, mais focada em uma emancipação social democratizante. Para tal, nos dedicamos, neste trabalho, a compreender a partir de entrevistas/conversas realizadas com docentes de IES públicas e privadas, como eles percebem, em seus cotidianos, tanto as principais questões motivadoras da evasão de seus discentes, quanto à efetividade das políticas de acesso e permanência e suas principais sugestões para a redução da evasão e aumento dos percentuais de concluintes.

**Palavras-chave:** acesso e permanência; políticas de inclusão; democratização; cotidianos, direitos humanos.

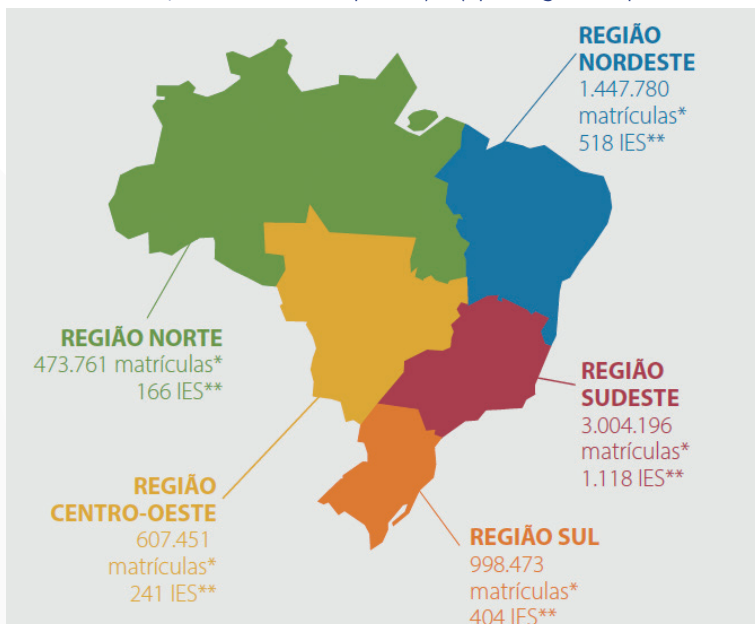
## INTRODUÇÃO

No Brasil, a busca por inclusão social e a expansão das oportunidades de acesso dos cidadãos a níveis mais avançados de educação têm influenciado a formulação de políticas públicas e estimulado o desenvolvimento do ensino superior (Marinho-Araújo; Almeida, 2020).

Nos últimos 30 anos, o ensino superior em países em desenvolvimento, como o Brasil, passou por várias transformações. A partir de 2003, políticas educacionais priorizaram o aumento de vagas nas redes pública e privada, a expansão de instituições e campi, além da diversificação de cursos e turnos, visando à democratização do acesso, o que resultou no aumento de ingressantes e matriculados nas IES.

Entretanto, as disparidades no acesso ao ensino superior continuam sendo uma realidade incontestável no Brasil. Embora haja um aumento nas políticas voltadas para o ingresso de estudantes nas IES, a permanência e a conclusão seguem significativamente abaixo do observado em outras regiões do mundo, além de serem bastante desiguais dentro do território nacional. Conforme indica a Figura 1, há uma concentração de matrículas e de IES na região Sudeste, uma das menores em extensão territorial.

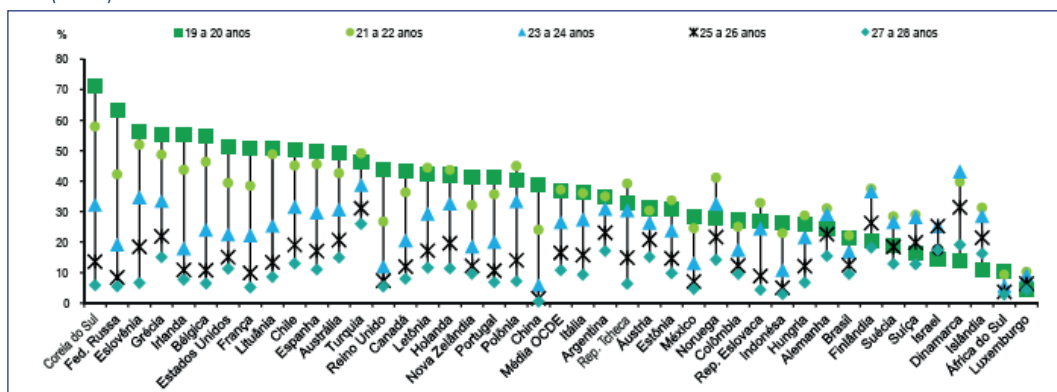
**Figura 1** - Matrículas e Instituições de Ensino Superior (IES), por região do país



**Fonte:** SEMESP - Mapa do Ensino Superior, 2019

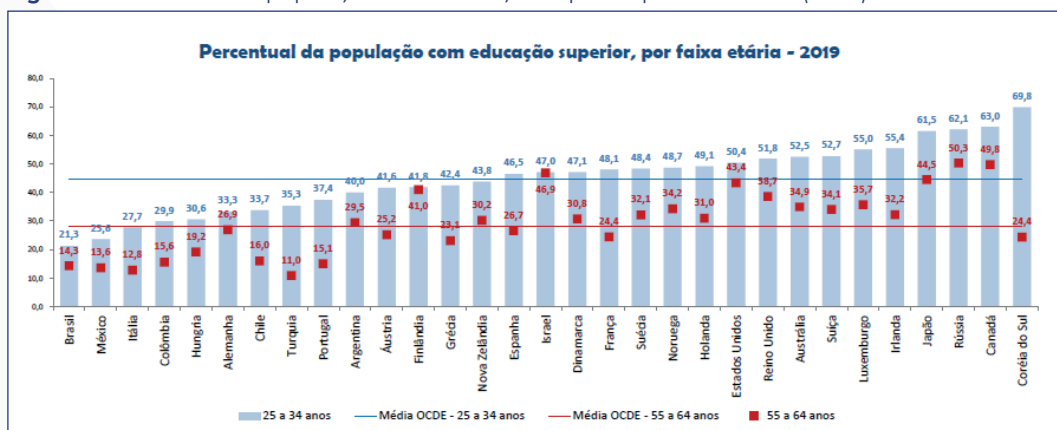
Apesar dos avanços das últimas décadas, dados da OCDE<sup>5</sup> mostram que, em 2017, apenas 21% dos brasileiros entre 19 e 20 anos estavam matriculados no ensino superior, colocando o Brasil atrás de países como Colômbia (27%), México (28%), Argentina (35%) e Chile (50%), conforme a Figura 2. Além disso, nos países da OCDE, a média de matrículas nessa faixa etária é de 37%. A Figura 3 revela que, em 2019, o percentual de brasileiros com ensino superior, por faixa etária, é bem inferior ao de outros países.

**Figura 2** - Taxa de matrícula na Educação Superior da população entre 19 e 28 anos, por grupos etários (2017)



**Fonte:** Education at a Glance, 2019.

**Figura 3** - Percentual da população com educação superior, por faixa etária (2019)



**Fonte:** Censo da Educação Superior, 2019.

5 OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

O princípio da igualdade de oportunidades para o acesso e a permanência na educação está previsto no artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996). Neste período, o Jornal da Unicamp noticiou que o índice médio de evasão dos cursos nas universidades públicas brasileiras era de 40,4% (Unicamp, 1996).

Passados vinte e três anos, em 2019, o índice médio de evasão nas universidades públicas brasileiras aumentou mais de 10%, alcançando a faixa de 54% (Inep, 2020). Esse dado revela um problema sensível - a educação e a formação dos estudantes -, que afeta diretamente a sociedade e demanda ações efetivas. É essencial identificar as causas dessa evasão, para que as políticas de democratização do acesso não sejam inócuas em relação aos seus propósitos de oferecer uma formação de qualidade e contribuir para a redução das desigualdades sociais.

O Brasil possui uma das mais altas taxas de evasão escolar entre adolescentes na América Latina, alcançando 7,6% em 2018, segundo dados do IBGE<sup>6</sup>. Quando analisadas as regiões Norte e Nordeste, essa taxa é ainda maior, chegando a 9,2%, enquanto na região Sudeste, se mantém em torno de 6%. Além disso, a evasão escolar é mais elevada entre os homens, com uma taxa de 8,1%, do que entre as mulheres, que apresentaram 7%. Também se nota uma taxa mais alta entre pessoas pretas ou pardas, com 8,4%, em contraste com a taxa de 6,1% entre os brancos.

Importante não se ignorar o problema da evasão escolar, resultante tanto de um processo de exclusão social quanto de uma inclusão em uma escola que também exclui. Afinal, como ressalta Ferraro (2018), é justamente essa “miopia da percepção seletiva e incompleta e a consequente visão acrítica da realidade” que permitiu ao país aceitar e conviver com uma desigualdade naturalizada ao longo de todo o processo de modernização (Ferraro, 2018, p. 323).

Diogo *et al.* (2016), aponta ser possível discernir dois tipos de variáveis associadas ao fenômeno da evasão: variáveis externas à IES, tais como aptidão individual, condições socioeconômicas e desafios pessoais dos alunos; e internas, como infraestrutura da IES, corpo docente e suporte socioeducacional. De acordo com essa perspectiva, Almeida (2007 apud Diogo *et al.*, 2016) destaca que a análise do fracasso escolar e a evasão de um curso deve considerar a

6 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

lógica de corresponsabilização, integrando variáveis pessoais, dos professores e ambiente de aprendizagem.

Diversos fatores podem influenciar a evasão no ensino superior, entre os principais estão a falta de vocação e o desconhecimento sobre a profissão escolhida, que podem gerar frustrações e decepções diante da realidade universitária. Além disso, segundo Gaioso (2006), a evasão também pode ser resultado de problemas estruturais nas instituições de ensino, como a falta de preparo dos docentes e a inadequação das metodologias aplicadas, especialmente no que diz respeito à organização curricular.

Outro aspecto a ser considerado é a pressão financeira, que leva muitos alunos a precisarem trabalhar, exacerbando a evasão devido à ineficácia do apoio socioeducacional. Essa análise evidencia a complexidade do problema, corroborando a afirmação de Paredes (1994) sobre a multiplicidade de fatores envolvidos.

Reside aí a relevância maior do presente estudo, contribuir para divulgar o que vem acontecendo no cotidiano da Universidade, através das narrativas dos professores, e de suas impressões sobre as causas que motivam o aumento da evasão.

Segundo Lobo (2007), “qualquer fenômeno que comprometa o crescimento do número de alunos de graduação, afetará todo o ensino superior”. Isso faz com que seja proeminente o preparo do ambiente acadêmico, diminuindo assim o risco de abandono.

Não obstante o crescimento significativo do número de ingressantes nos últimos 20 anos, a proporção de concluintes ainda é muito pequena, como mostra a Figura 5.

**Figura 5** – Relação entre ingressantes e concluintes do ensino superior no período 2003-2019

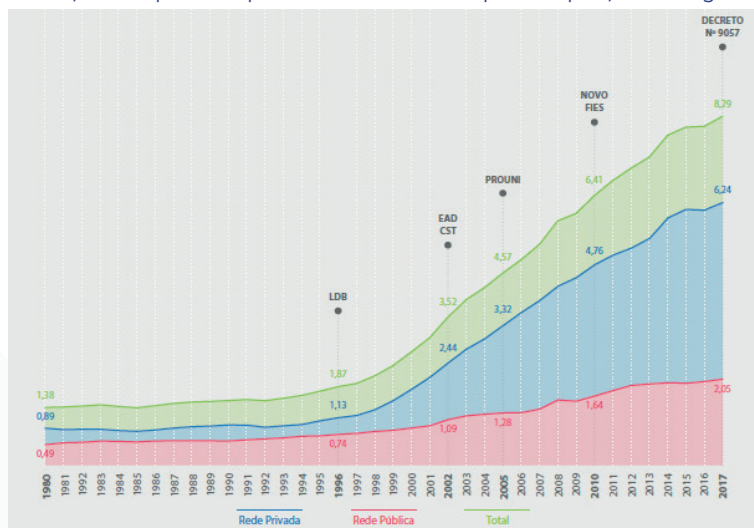


**Fonte:** elaborado pelas autoras a partir de dados do Censo da Educação Superior (2003 - 2019)

A desproporção entre ingressantes e concluintes indica que a democratização do acesso ao ensino superior para pessoas desfavorecidas não é suficiente. É essencial garantir condições de permanência e sucesso ao longo da jornada. Segundo o Censo do Ensino Superior (2019), apenas 2.041.136 pessoas ingressaram na educação superior presencial, enquanto cerca de 934.037 concluíram o curso. Em um país com mais de 200 milhões de habitantes, apenas cerca de 1% conseguiu ingressar em uma Instituição de Ensino Superior, e menos de 0,5% concluiu a graduação.

As políticas públicas educacionais concebidas e implementadas nas duas primeiras décadas dos anos 2000, entre as quais cabe destacar o Fies, Prouni, e a Lei de cotas<sup>7</sup> (Figura 6), contribuíram para o aumento expressivo de ingressantes no ensino superior entre 2003 e 2019, viabilizando o acesso dos indivíduos das classes menos favorecidas, de modo que esse ingresso deixasse de ser algo inatingível.

**Figura 6** - Matrículas realizadas no ensino superior no período entre 1980-2017, com indicação dos anos de implementação das políticas públicas educacionais para ampliação do ingresso de alunos



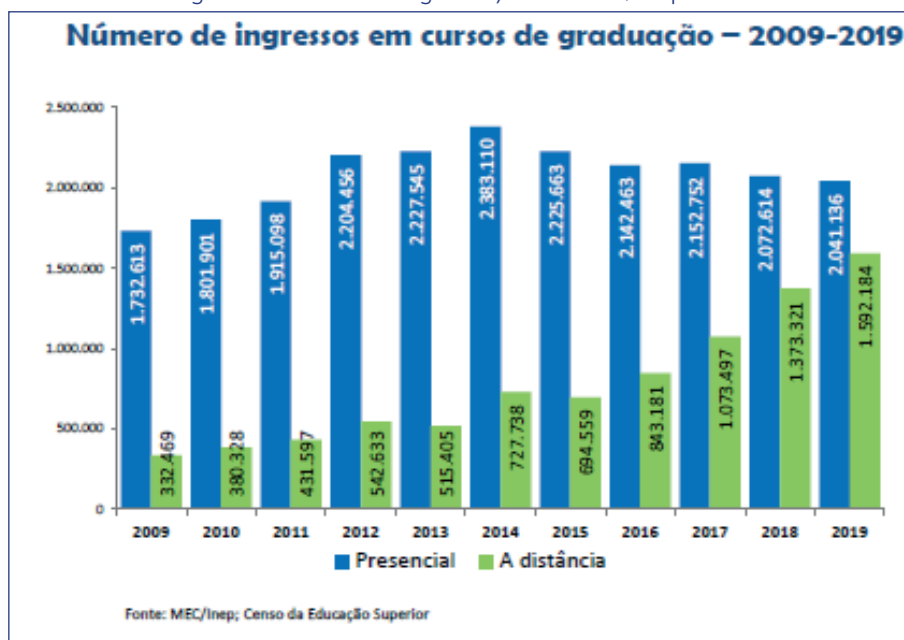
**Fonte:** SEMESP - Mapa do Ensino Superior (2019)

Cabe ainda destacar que a educação a distância, cujo crescimento foi acelerado a partir do final da década de 2000, desempenhou papel essencial no

<sup>7</sup> Lei de Cotas - A Lei nº 12.711/2012, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos (Fonte, <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>).

processo de democratização do acesso, proporcionando oportunidades educacionais flexíveis e acessíveis para um número mais amplo e diversificado de estudantes, independentemente de suas localizações geográficas ou circunstâncias. A Figura 7, a seguir, traz o número de ingressos em cursos de graduação no Brasil, no período entre 2009 e 2019.

**Figura 7** - Número de ingressos em cursos de graduação no Brasil, no período 2009-2019

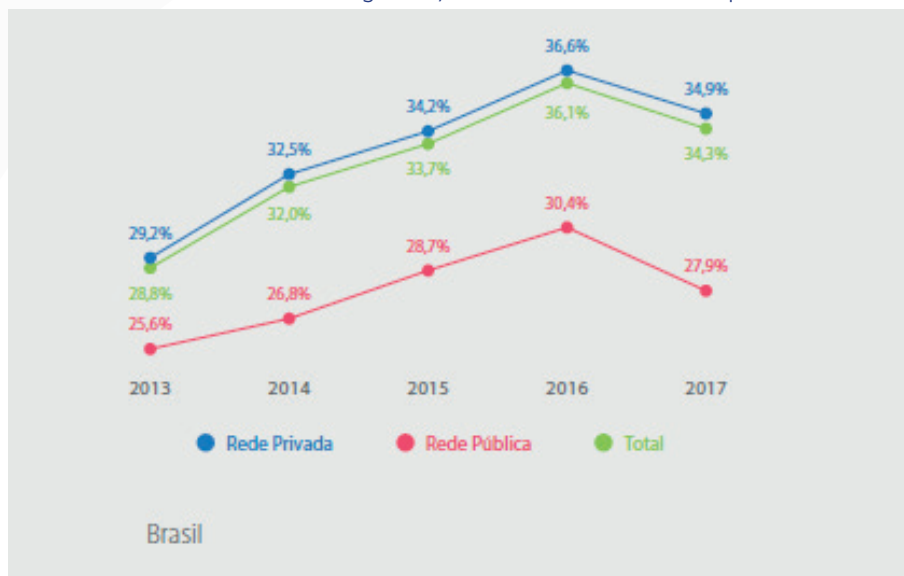


**Fonte:** MEC/INEP - Resumo Técnico do Censo da Educação Superior (2019)

A partir de 2009 observamos que o número de ingressos em cursos de graduação a distância tem aumentado substancialmente, a cada ano e a participação no total de ingressantes nessa modalidade, passou de 16,1% em 2009, para 43,8% em 2019. No período compreendido entre 2014 e 2019, a quantidade de ingressantes nos cursos de graduação presenciais diminuiu 14,3%.

Não obstante a consolidação das políticas de democratização do acesso e da expansão do ensino a distância, que facilitou o acesso para quem não podia se deslocar até as IES, as taxas de evasão no ensino superior cresceram vertiginosamente, principalmente nos cursos à distância, conforme Figura 8, a seguir.

**Figura 8** – Taxa de evasão em cursos de graduação a distância no Brasil, no período entre 2013-2017



**Fonte:** SEMESP - Mapa do Ensino Superior (2019)

Perante essa conjuntura, Menezes (2019) destaca que a garantia da permanência e apoio aos estudantes, principalmente os das classes menos privilegiadas, tem sido objeto de análise e debate, entre aqueles que reconhecem a amplitude e relevância dessas políticas e iniciativas na promoção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Afinal, a evasão é um fenômeno complexo e se configura como um sério problema com consequências sociais, acadêmicas e econômicas, que alcança tanto IES públicas quanto privadas. No entanto, de acordo com Baggi e Lopes (2010) “são poucas as instituições que possuem um programa institucional regular de combate à evasão, com planejamento de ações, acompanhamento de resultados e coleta de experiências bem-sucedidas”.

Diante deste cenário é fundamental compreendermos o papel das IES na diminuição das taxas de evasão, uma vez que a criação e execução de políticas afirmativas pelos governos têm impacto na ampliação do acesso de estudantes provenientes de classes menos privilegiadas. Essas políticas podem desempenhar um papel significativo na permanência desses estudantes, especialmente no que se refere a aspectos materiais, como alojamento universitário, auxílio transporte, alimentação, entre outros.

É importante ressaltar que estudantes provenientes de classes desfavorecidas frequentemente enfrentam obstáculos acadêmicos decorrentes de lacunas

na formação, falta de tempo para se dedicarem aos estudos, necessidade de conciliar trabalho e estudos, alimentação inadequada e falta de apoio familiar. Eles são muitas vezes vítimas de um sistema educacional altamente conservador e excludente, caracterizado por altas taxas de reprovação, falta de práticas de acolhimento e incentivo à inclusão social no ambiente acadêmico, bem como por práticas pedagógicas, currículos e sistemas de avaliação inflexíveis. Tais dificuldades se refletem no aumento do absenteísmo, na baixa motivação e na reduzida taxa de sucesso desses estudantes.

Este estudo tem como objetivo investigar a eficácia das políticas públicas afirmativas implementadas entre 2003 e 2019 no acesso e permanência qualificada de estudantes de grupos socioeconômicos desfavorecidos no ensino superior. Além disso, busca-se tecer as narrativas sobre as experiências nos/dos/com os cotidianos de docentes e sua percepção sobre o acesso e permanência desses alunos. O foco é examinar como as políticas e a prática docente contribuem para reduzir a evasão, melhorar a qualificação dos estudantes e ampliar suas oportunidades de ascensão social, proporcionando melhores condições de vida.

## METODOLOGIA

A pesquisa utilizou duas metodologias combinadas para oferecer uma visão abrangente da evasão. A primeira baseou-se na análise de fontes documentais e bibliográficas sobre as políticas de democratização do acesso ao ensino superior entre 2003 e 2019, com dados quantitativos fornecidos pelo INEP e IBGE. Foram realizadas análises para identificar os efeitos das políticas afirmativas, avaliando indicadores de acesso, evasão e conclusão de cursos.

Na sequência, foi empregada uma abordagem qualitativa, como cita Goldenberg (1997). “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização” (p. 34). Assim, adotamos narrativas do cotidiano dos docentes de universidades federais e particulares do Estado do Rio de Janeiro como abordagem o estudo das narrativas, metodologia aderente aos estudos nos/dos/com os cotidianos, epistemologia adotada pelo grupo de pesquisa das autoras. Por questões de tempo e espaço, adotou-se o uso combinado de questionário e de conversas particulares, ampliando a reflexão sobre os pontos de vista e experiências alcançadas.

As narrativas de experiência oferecem percepções valiosas sobre a prática cotidiana e a vida diária. Com base nos conceitos de Certeau (*apud* Ferraço, 2018), é essencial compreender as práticas e teorias que influenciam a vida de grupos desfavorecidos em diferentes contextos. Assim, é crucial investigar a eficácia e os métodos das políticas que visam democratizar o acesso ao ensino superior, a fim de avaliar seu impacto na inclusão e na permanência dos estudantes.

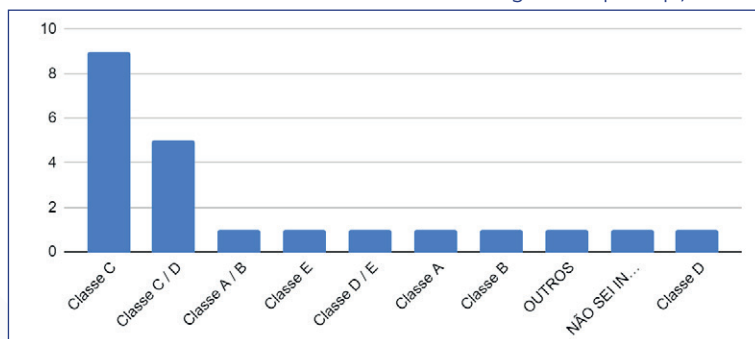
## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa envolveu 22 professores de diferentes Instituições de Ensino Superior, tanto públicas quanto privadas.

Os resultados indicam que a evasão é uma questão complexa e recorrente nas instituições de ensino. A maioria dos participantes da pesquisa são docentes da rede privada, com mais de 15 anos de experiência no ensino superior.

Quanto ao perfil dos alunos, a maioria dos professores afirmou que a maior parte deles pertence às classes C e D (Figura 9).

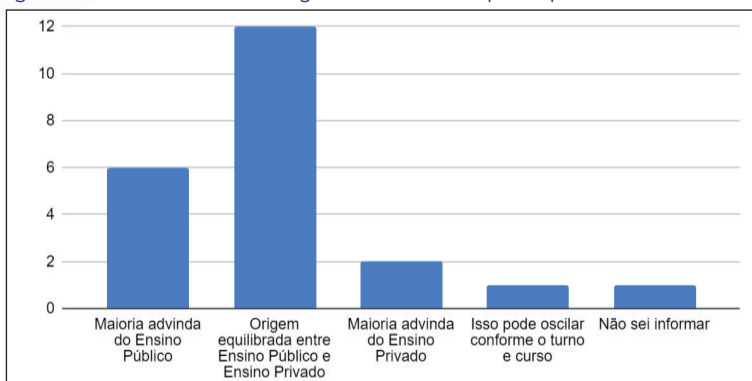
**Figura 9** - Perfil Socioeconômico Predominante dos alunos, segundo a percepção dos professores



**Fonte:** elaboração própria das autoras com base nos dados da pesquisa.

Já em relação à origem dos alunos em termos de ensino fundamental e médio, os professores relataram equilíbrio entre as redes pública e privada (54,55%; n=12), conforme mostra a Figura 10.

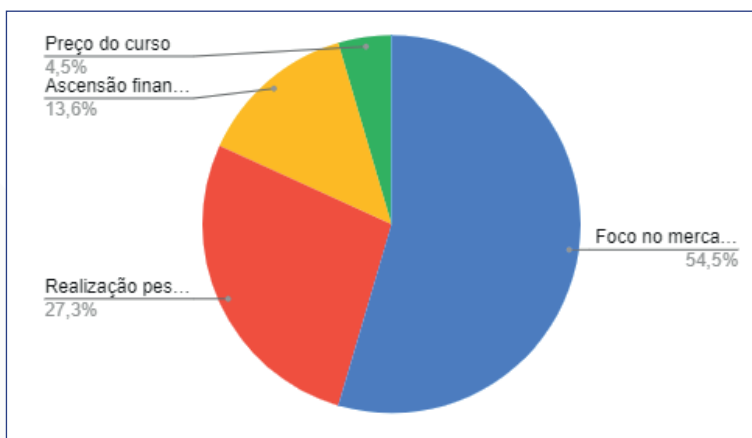
**Figura 10** - Origem Escolar dos Alunos, segundo informado pelos professores



**Fonte:** elaboração própria das autoras com base nos dados da pesquisa.

Em relação às expectativas dos estudantes ao ingressarem no ensino superior, apenas 27% dos docentes observam que a realização pessoal é a principal prioridade dos alunos. Em contrapartida, 73% (n=19) dos professores acreditam que os fatores determinantes para a escolha dos cursos estão mais ligados ao foco no mercado de trabalho, à busca por ascensão financeira, ao custo do curso, entre outros motivos, conforme Figura 11, a seguir.

**Figura 11** - Expectativas dos Alunos ao Ingressarem no Ensino Superior segundo a percepção dos professores

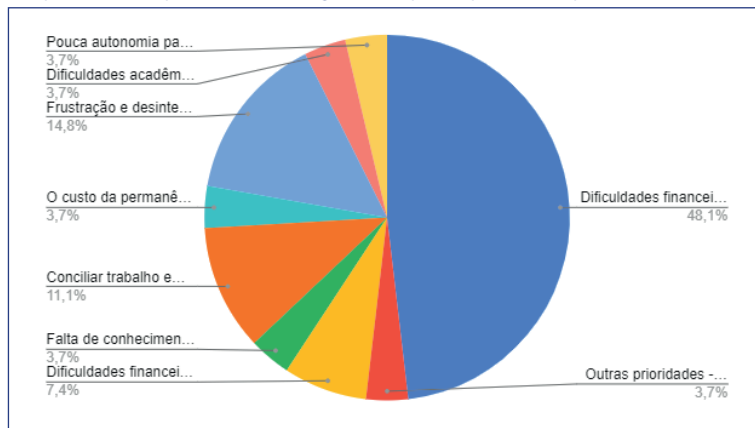


**Fonte:** elaboração própria das autoras com base nos dados da pesquisa.

Quanto às principais causas da evasão, os professores indicaram que os motivos financeiros são predominantes, representando 48,1% das razões apontadas (Figura 12). A frustração e o desinteresse pelo curso surgem na sequência.

Segundo os docentes, a maioria escolhe o curso com foco no mercado, o que pode explicar essa desmotivação.

**Figura 12** – Principais razões para evasão segundo a percepção dos professores



**Fonte:** elaboração própria das autoras com base nos dados da pesquisa.

Por fim, solicitamos que narrassem livremente suas considerações sobre a evasão em suas turmas, incluindo percepção sobre os principais contribuintes. Destacaram-se nos depoimentos o empobrecimento da população, bem como a desconexão entre o currículo e a realidade, a EAD e a dificuldade de conseguir os incentivos do governo como Prouni e FIES. Outros pontos de destaque incluíram o fato de o aluno mais jovem não se sentir representado e não enxergar no ensino superior uma chance de mudança de vida e avanço da tecnologia, que “possibilitou novas formas de ganhar dinheiro, muitas vezes mais rápidas do que a construção de uma carreira”.

Pedimos ainda que compartilhassem algum caso específico que tivesse marcado sua percepção sobre a evasão e a maioria dos casos relatados faz menção direta ou indireta de problemas financeiros. Alunos que perderam o emprego, que perderam o pai ou familiar e após a perda precisaram assumir o sustento da família, alunos que por alguma razão não tiveram condições de continuar pagando a faculdade. A seguir alguns desses relatos:

*Na escola pública em que eu atuava, um aluno de 19 anos perdeu o pai e precisou ir trabalhar porque a mãe é acamada. Ele amava o curso, mas não conseguiu conciliar pelo volume de trabalho.*

*Vários relatos de: “ou pago a faculdade ou sustento minha família”.*

*Muitos alunos evadiram, porém, fizeram a transferência para universidades com mais facilidades e menor custo.*

*Uma aluna casada que perdeu o emprego na pandemia. Logo a seguir engravidou, foi morar com a mãe longe da Universidade*

*O marido da minha sobrinha, que estava quase sendo jubilado do curso de Engenharia Civil na UFF, pois os horários não permitiam uma dedicação concomitante com o trabalho, mudou para uma IES particular e terminou o curso com bastante tranquilidade e rapidez.*

*A turma que iniciou o curso em 2020 enfrentou a suspensão das aulas devido à pandemia, aguardando seis meses por definições sobre o formato das aulas, que seguiram online por mais três semestres. Dos 40 alunos que entraram, apenas seis permanecem. Muitos relataram dificuldades em acompanhar as aulas, citando falta de tempo devido ao trânsito, cansaço do trabalho e medo da violência nas suas áreas de residência.*

*Falta de dinheiro, dificuldades herdadas no ensino básico sobre os conteúdos básicos de matemática e língua portuguesa, dificultando a compreensão e aproveitamento nas disciplinas do curso, o que leva à desistência.*

*Uma aluna perdeu o fiador para o Prouni, não conseguiu outro compatível, ficou devendo a IES e não conseguiu se re matricular no semestre seguinte, abandonando o curso.*

*(narrativas de Professores).*

Em geral, os professores avaliaram positivamente a efetividade das políticas de acesso ao ensino superior (como cotas, programas de bolsas etc.) em suas instituições. Destacamos, a seguir, alguns dos relatos relacionados:

*As cotas têm sido uma política assertiva na perspectiva de estimular o acesso e permanência dos alunos. A Uerj concede bolsa permanência, vale transporte, auxílio alimentação para esses alunos mediante assiduidade às aulas. Como resultado, os cotistas são os que menos evadem e que apresentam excelente desempenho dentro da minha realidade.*

*Sou favorável aos programas de bolsas que permitem a permanência dos discentes com vulnerabilidade social, mas não sou favorável às cotas.*

*Vejo com bons olhos pois garantem a equidade do acesso à qualificação profissional.*

*São fundamentais. Primeiro, há políticas de permanência: bolsas, restaurante universitário. Sem elas, a evasão seria maior ou a qualidade de aulas seria muito prejudicada - quando o RU não abre, os alunos assistem aula com fome.*

As políticas de acesso, especialmente as cotas, apresentam uma situação contraditória. Elas permitem que uma população com pouca preparação acadêmica, como dificuldades em matemática, leitura e escrita, entre na universidade. Contudo, se fosse aplicada uma linha de corte por nota do ENEM, teríamos dificuldade em preencher as turmas, pois os cotistas ocupam vagas que, de outra forma, ficariam ociosas, e não vagas que seriam destinadas à seleção comum.

As políticas de ações afirmativas na Uerj, representam uma proposta única e exemplar, mas mesmo depois de 20 anos vem sendo impedida, por vários fatores, de alcançar sua plena potência.

Indispensáveis, principalmente privilegiando os menos favorecidos economicamente.

(narrativas de Professores).

Sobre os tipos de apoio da instituição aos alunos que ingressam através dessas políticas afirmativas, foi impressionante perceber que entre os 22 professores entrevistados, todos são unânimes em dizer que desconhecem nas IES em que atuam programas ou ações de apoio direcionados aos estudantes que ingressam através das políticas afirmativas. Alguns dos pontos destacados pelos professores incluíram, além da concessão de descontos e bolsas:

*Núcleos específicos para acolhimento e orientação.*

*Especificamente para cotistas, nenhuma. O apoio é dado a alunos em situação de vulnerabilidade econômica, independentemente de serem cotistas ou não. Mas, evidentemente, os cotistas se inserem nesta situação.*

*Nos últimos 20 anos, a formação foi predominantemente instrumental (matemática, português, inglês, informática), com incentivo a práticas culturais e apoio limitado a “projetos” acadêmicos. Desde 2008, as bolsas de permanência ganharam estabilidade orçamentária, e após a pandemia, houve a ampliação de novos auxílios. Recentemente, o programa de Iniciação adotou uma abordagem mais diversificada, visando mudanças efetivas na universidade, incluindo práticas e currículos, tornando-se mais inclusiva e antirracista.*

(narrativas de Professores).

Dentre as melhorias sugeridas para tornar as políticas mais eficazes, no tocante à redução da evasão, foram pontuadas como questões principais:

*Mapeamento de melhores alunos e premiação em dinheiro, além de indicação para emprego*

*Maior clareza nos critérios para obtenção e divulgação mais efetiva  
Subsídios para deslocamento para a unidade, descontos nas mensalidades  
pelo engajamento em atividades*

*Não acredito muito nessas melhorias, pois o formato de ensino híbrido e  
digital afastou MUITO o aluno do campus universitário, perderam o inter-  
resse em explorar o que a IES tem a oferecer.*

*As bolsas nas instituições privadas são usadas apenas para quitar men-  
sualidades. Os alunos não dispõem de nenhum recurso extra para  
sua subsistência, o que dificulta sua permanência e desenvolvimento  
acadêmico.*

*Ampliar o número de bolsas para mães com crianças pequenas como  
auxílio creche, além do provimento orçamentário governamental para que  
as bolsas não sejam descontinuadas.*

*A UERJ é uma das poucas universidades públicas que possui políticas efe-  
tivas, que visam a permanência dos discentes. Acredito que isso seja um  
grande problema nas IES particulares.*

*Que as bolsas tivessem como contrapartida um maior envolvimento em  
atividades acadêmicas no campus, pelo menos no primeiro ano.*

*Aulas de nivelamento, principalmente de português e matemática.*

*Melhoria no transporte, aumento de bolsas aos mais pobres*

*Maior conhecimento das características do alunado e de suas reais  
necessidades podem aumentar a efetividade na aplicação das políticas,  
ocasionando a redução dos riscos de evasão.*

*Dentro da universidade, além de programas de bolsas, apoio psicológico  
e educacional exclusivo ao aluno.*

*Educação básica Mais responsável, tanto no quesito conteúdo e frequên-  
cia, como carga horária e critérios de aprovação.*

*(narrativas de Professores).*

Dentre os principais desafios que seus alunos enfrentam para permanecer na graduação, segundo os professores, estão as questões financeiras e a necessidade de conciliar o trabalho com o estudo. Afinal, o esperado é que esses estudantes permaneçam e consigam concluir com êxito o ensino superior,.

De acordo com Braga *et al.* (2002), a maioria dos estudantes que abandona o curso de graduação no ensino superior identifica a dificuldade em conciliar estudo e trabalho como a principal razão para a evasão, especialmente nos cursos noturnos. Nesses casos, a evasão é influenciada pela relação de trabalho do estudante e pela renda familiar.

Destacaram-se nas narrativas, como desafios para a permanência dos alunos:

*Compreender que a aprendizagem é para a vida, e o mercado é consequência.*

*Dentro da realidade da universidade pública, vejo os alunos sobrecarregados com uma grade curricular extensa. Há grande sofrimento mental dos alunos como um todo nesse contexto. Soma-se ao sofrimento, às incertezas em relação ao futuro e às oportunidades de trabalho.*

*Conciliar o trabalho com o estudo, já que nosso curso possui disciplinas diurnas.*

*Um problema sério é a mudança de dinâmica entre o ensino médio e a universidade. Os alunos precisam ser apoiados nessa transição. O desgaste entre trabalho o dia todo e estudo à noite também enfraquece muito.*

*Trabalho e transporte, incompatibilidade de horário.*

*Baixa capacidade de aprendizagem.*

*Pagamento do curso e conciliar adequadamente os estudos com a vida pessoal e a vida profissional.*

*A resistência interna e velada que ainda hoje a universidade (e a sociedade como um todo há cada vez mais ignorante ou deliberadamente racista sectarista ou preconceituosa e desigual) ainda mantém a estas políticas mais progressistas.*

*(narrativas de Professores).*

Dentre os programas ou recursos voltados para a permanência qualificada (mentoria, tutoria, apoio psicológico etc.) apontados pelos professores estão o Núcleo de Apoio e Atendimento Psicopedagógico – NAAP e as tutorias, muito embora sejam pouco frequentadas, segundo alguns relatos. A seguir, um dos relatos de professor:

*Apoio psicológico através de um programa da Pró Reitoria estudantil que organiza atividades de grupo junto aos cursos que se habilitam para implementar o projeto. Há também o acolhimento de alunos com depressão em um programa de extensão do SPA da faculdade de psicologia.*

*(narrativa de Professor).*

Os principais tipos de apoio necessários para garantir a permanência qualificada dos alunos, na visão dos professores, incluíram:

*Ampliação da rede de apoio externa ao ambiente Acadêmico (família, por exemplo)*

*Apoio psicopedagógico e financiamento*

*O apoio financeiro é fundamental. Há alunos que gastam mais de R\$20,00 de transporte e passam o dia todo na universidade, ou seja, não conseguem trabalhar, precisam prover alimentação, materiais didáticos.*

*Sem auxílio financeiro, muitos alunos não permaneceram. O apoio à saúde mental dos alunos se coloca como prioritário.*

*O olhar diferenciado e atento da instituição pode oferecer um atendimento especializado para cada caso para auxiliar na permanência qualificada dos alunos.*

*Professores engajados e valorizados, carga horária suficiente para garantir que os conteúdos sejam trabalhados gradativamente nas aulas, sistema de avaliação responsável, conteúdo sempre atualizado, atividades diferenciadas nas salas, valorização da profissão, oportunidades junto ao mercado de trabalho.*

*Envolvimento do aluno nas aulas desde a primeira semana do semestre, monitorias acontecendo no período da noite pois durante o dia os alunos que precisam trabalham e não conseguem participar, maior envolvimento dos professores no processo.*

*(narrativas de Professores).*

As sugestões para reduzir a evasão e aumentar os percentuais de concluintes na sua instituição passam por:

*Acompanhamento no processo apadrinhamento (alunos veteranos ajudando novatos). E formação de equipes como Atlético.*

*Criar no aluno um sentimento de pertencimento, ele deve ter orgulho da sua instituição.*

*Políticas que favoreçam meios de subsistência ao longo da formação.*

*Maior investimento em mais cursos na modalidade EAD, principalmente, através do consórcio CEDERJ.*

*Melhorias no currículo: 1) inserir atividades em que pesquisas sejam desenvolvidas (já foram criadas atividades curriculares de extensão que tem boa aceitação); 2) diminuir o tempo de formação de 9 para 6 semestres; 3) aumentar o poder de escolha dos alunos em relação à sua formação, com a diminuição de disciplinas obrigatórias e aumento das disciplinas eletivas.*

*Professores engajados e valorizados, com carga horária suficiente para garantir que os conteúdos sejam trabalhados gradativamente nas aulas, um sistema de avaliação responsável, conteúdo sempre atualizado, atividades diferenciadas nas salas, valorização da profissão, oportunidades junto ao mercado de trabalho.*

*Maior envolvimento do professor, não só identificando os alunos ausentes, bem como entrando em contato com eles e os chamando para retornar; possibilitar processos menos engessados nas avaliações e condução das aulas.*

*(narrativas de Professores).*

Sobre iniciativas, seja na instituição em que trabalha ou em outras, que tenha mostrado resultados positivos na redução da evasão, os professores destacaram:

*A formação de uma comissão de eventos de curso diminuiu a evasão na instituição pública que trabalho.*

*Programas de diluição de financiamento de dívida por inadimplência.*

*Em instituições públicas, bolsa-auxílio, vale transporte e alimentação.*

*Padrinho veterano. Orientações oferecidas aos alunos calouros por alunos veteranos.*

*Existe um Laboratório de Políticas Públicas tocado pela UFRN que parece ter bons resultados.*

*Há a disciplina socioemocional, mas não tenho dados do resultado quanto à evasão.*

*Reformulação do programa de Iniciação, que supera a mera perspectiva de integração e considera que também a universidade deve mudar com o ingresso de cotistas e outros e assim abraçar a diversidade; o apoio a instituição de RU's como espaços de aprendizado e não só de alimentação, rede digitais disponíveis etc. transportes etc.*

*Campanhas de bolsas com desconto, aproximação da coordenação de curso com os discentes, retorno à presencialidade das aulas.*

*(narrativas de Professores).*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o relatório Education at a Glance da OCDE (2022), a taxa de conclusão no ensino superior reflete a eficácia dos sistemas educacionais na formação de profissionais de nível superior. Diversos fatores, como as condições socioeconômicas e a formação anterior dos alunos, podem impactar essas taxas.

A redução das taxas de evasão e o aumento da permanência nas IES, além da elevação do percentual de concluintes, dependem de políticas afirmativas que promovam a permanência qualificada. Essas políticas devem oferecer oportunidades diferenciadas para estudantes de diferentes origens e condições socioeconômicas. É essencial que tais iniciativas abordem elementos como a experiência acadêmica, adaptação, percepção e integração desses estudantes no ambiente universitário, garantindo que todos possam se sentir parte desse espaço e utilizá-lo de forma plena (Weiss, 2024).

Ao analisar os dados sobre as taxas de evasão nos últimos anos, é fundamental ressaltar a observação de Piovesan (2008), que afirma que as políticas

públicas afirmativas têm como objetivo construir um projeto democrático. Essas políticas visam garantir a diversidade e a pluralidade social, assegurando o direito à igualdade, que deve ser configurado com respeito às diferenças e à diversidade.

Embora os índices de evasão ainda sejam elevados, é importante reconhecer os avanços trazidos pelas políticas afirmativas. Essas iniciativas foram cruciais para a transformação das IES, promovendo expansão e democratização do acesso ao ensino superior no Brasil. De acordo com Silva Filho *et al.* (2007), as leis e ações implementadas durante o período analisado tiveram impacto direto na inclusão de diversos grupos nas IES.

Silva Filho *et al.* (2007) apontam que a falta de recursos financeiros, as expectativas em relação à formação acadêmica e a integração do estudante com a instituição são fatores externos que podem influenciar a evasão escolar.

Embora muitos fatores relacionados à evasão sejam frequentemente atribuídos aos alunos, é igualmente essencial considerar as políticas educacionais das IES. Esse enfoque é importante, pois pode revelar a ineficiência da gestão em enfrentar adequadamente o problema. Ao responsabilizar apenas as características individuais dos estudantes, as IES se isentam de uma intervenção mais efetiva, permitindo que o abandono dos cursos ocorra sem que políticas institucionais identifiquem as causas reais desse fenômeno.

Bardagi e Hutz (2009) destacam que, ao reconhecer os fatores institucionais que influenciam a permanência, as IES podem desenvolver métodos para identificar problemas que levam à evasão e implementar intervenções preventivas. Quando a prevenção não é possível, é fundamental oferecer apoio para que o aluno reavalie sua carreira e receba suporte psicológico. Os fatores institucionais que impactam a evasão variam em abrangência, abrangendo tanto a instituição como um todo quanto aspectos específicos dos cursos de graduação, onde os coordenadores desempenham um papel vital na promoção da permanência no ensino superior.

Ao analisar o cenário e os dados referentes às taxas de evasão nos últimos anos, é necessário observar o que nos aponta Flávia Piovesan (2008) ao destacar que as políticas públicas afirmativas têm como finalidade “construir um projeto democrático, assegurando a diversidade e a pluralidade social o que viabilizam o direito à igualdade, com a crença de que a igualdade deve moldar-se no respeito à diferença e à diversidade”.

As políticas educacionais devem ser estruturadas não apenas para democratizar o acesso, mas também para garantir a permanência qualificada dos estudantes, com base em informações e observações das práticas cotidianas. É essencial que essas políticas incluam apoio pedagógico e acadêmico para os alunos.

As questões discutidas acima explicam os altos índices de evasão nas IES, evidenciando a ineficácia das políticas afirmativas em promover uma permanência qualificada e a conclusão dos cursos. O número elevado de evadidos nas universidades públicas e privadas indica a negligência do Estado e das instituições.

Cabe também destacar a importância da adoção de currículos *praticados-pensados* que, segundo Oliveira (2016) contemplam todo o conteúdo e conjunto de conhecimentos adequados às reais necessidades e demandas dos estudantes em cada IES, de forma customizada, propiciando melhores condições para os estudantes superarem desafios e dificuldades e potencializando suas oportunidades de êxito e sucesso.

No âmbito das atividades de ensino, é essencial articular políticas acadêmicas entre graduação e pós-graduação, promovendo a integração com Pesquisa e Extensão. O governo e as IES devem desenvolver políticas educacionais e práticas pedagógicas que incluam alunos em situações vulneráveis, com lacunas acadêmicas, dificuldades financeiras, problemas de infraestrutura ou falta de acolhimento. Essas medidas são fundamentais para garantir segurança, autoestima e autonomia dos estudantes.

Diante do exposto, é fundamental realizar uma análise mais detalhada sobre o que pode ter contribuído para sua permanência qualificada e êxito no curso superior, quais foram essas políticas e como foram aplicadas, além dos percentuais referentes aos alunos que conseguiram ingressar na carreira escolhida por vocação.

Somente após realizar essas análises acerca da efetividade das políticas afirmativas é que será possível desenhar um programa mais consistente que contemple políticas educacionais e práticas pedagógicas, passíveis de adaptação às realidades e necessidades locais, que possam elevar as oportunidades e chances de sucesso acadêmico e profissional para os estudantes das classes desfavorecidas, cooperando para a redução das desigualdades sociais e para o surgimento de uma nação mais justa e democrática.

## REFERÊNCIAS

BAGGI, C.; LOPES, D. **Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 2, p. 355-374, jul. 2011.

BARDAGI, M; HUTZ, C.S. **“Não havia outra saída”: percepções de alunos evadidos sobre o abandono do curso superior**. Universidade São Francisco São Paulo, Brasil, v. 14, n. 1, p. 95-105, jan./abr. 2009

BRAGA *et al.* **A evasão no ensino superior noturno: o caso do curso de química da UFMG** Revista da Avaliação da Educação Superior. Campinas, 2002

BRASIL, 2012. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**, Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em 15/10/2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm#:~:text=%C2%A7%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20disciplina, trabalho%20e%20%C3%A0%20pr%C3%A1tica%20social](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm#:~:text=%C2%A7%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20disciplina, trabalho%20e%20%C3%A0%20pr%C3%A1tica%20social). Acesso em 15/10/2024.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. Censo da Educação Superior 2021: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022.

DIOGO, M. F. *et al.* **Percepções de coordenadores de curso superior sobre evasão, reprovações e estratégias preventivas**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 21, n. 1, p. 125-151, mar. 2016

FERRAÇO *et al.* **Michel de Certeau e as pesquisas nos/dos/com os cotidianos em educação** [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, 109 p. ISBN 978-85-7511-517-6. DOI <https://doi.org/10.7476/9788575115176>

GAIOSO, N. P de L. **O Fenômeno da Evasão Escolar na Educação Superior no Brasil**. Unesco, 2006.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

LOBO, R. L S. *et al.* **A evasão no ensino superior brasileiro.** Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007

MARINHO, A. *et al.* Mudanças e perspectivas na educação superior: Estudos no Brasil e em Portugal. Educação: Teoria e Prática/ Rio Claro, SP, 2020 30(63).  
<https://doi.org/10.18675/1981-8106.v30.n.63.s14708>

MENEZES, D de O R. **Educação inclusiva: incluir no âmbito escolar não é o mesmo que estar inserido no âmbito educacional.** Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva, Manaus, v. 2, n. 3, jan./jun. 2019.

OLIVEIRA, I. B. **O currículo como criação cotidiana.** Petrópolis, RJ. 2016.

PAREDES, A.S. **A evasão no terceiro grau em Curitiba.** São Paulo. Nupes, 1994.

PANORAMA DA EDUCAÇÃO - DESTAQUES DO EDUCATION AT A GLANCE  
2019

PIOVESAN, F. **AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.** Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro/2008.

SEMESP. **Mapa do Ensino Superior.** 11a edição, 2021.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo; MONTEJUNAS, Paulo Roberto; HIPÓLITO, Oscar; LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. A evasão no Ensino Superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0737132.pdf>. Acesso em: 18/10/2024.

WEISS, R.H. **Educação e Mobilidade Social: um estudo das políticas de expansão do ensino superior no Brasil.** Texto de Qualificação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro, 2024.